



## EDUCAÇÃO POLÍTICA E O PAPEL DA GEOGRAFIA ESCOLAR<sup>1</sup>

Daniel Abreu de Azevedo<sup>2</sup>

### Introdução

No dia 11 de abril de 2024, participei como palestrante no III Encontro de Licenciatura em Geografia, realizado na PUC-RJ. O tema da mesa-redonda era "Geografia e Educação Política", e três professores foram convidados para explorar os possíveis caminhos que o ensino de Geografia pode seguir ao abordar esse tema tão relevante. A pergunta que guiou minha apresentação — e que agora transformo em texto — foi: de que modo Geografia e Educação Política se interrelacionam?

A discussão política se torna ainda mais importante no atual cenário de polarização. Os extremos tendem a impedir o diálogo, gerando uma percepção de que o outro lado é inimigo, e não alguém com uma perspectiva diferente. Em tempos assim, fomentar o debate político dentro e fora das salas de aula é crucial para garantir que múltiplas visões de mundo sejam ouvidas e compreendidas. Isso ajuda a evitar radicalismos e permite que cidadãos desenvolvam uma visão crítica, informada e reflexiva sobre os processos políticos e sociais que os cercam. A educação política cumpre o papel de aproximar posições e promover uma cultura de diálogo e respeito pela diversidade de ideias.

Por ser um texto derivado de uma apresentação oral, o tom pode soar um pouco mais informal do que o esperado em artigos acadêmicos. Mesmo assim, meu objetivo é manter o foco e trazer referências e reflexões necessárias para o debate. Curiosamente, ao preparar a palestra, percebi que o tema não é tão discutido na Geografia quanto eu imaginava. Nem mesmo uma definição clara de "Educação Política" foi fácil de encontrar, o que justifica plenamente a proposta da mesa.

O texto está estruturado em três partes. Primeiro, tento compreender o que se entende por Educação Política — uma tarefa mais desafiadora do que pensei inicialmente. Em seguida, proponho, de forma ambiciosa, uma definição para Educação Política com base em uma perspectiva epistemológica da Geografia Política. Por fim, compartilho alguns exemplos práticos que considero parcialmente bem-sucedidos, experiências que vivi enquanto era professor no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Uso a expressão "parcialmente" porque, como todo projeto pedagógico, houve muitos desafios. Na teoria, as

<sup>1</sup> Adaptado da palestra apresentada na mesa redonda "Contributos da Educação Geográfica para a Educação Política", III Encontro da Licenciatura em Geografia, 3 ELG, PUC-Rio, abril de 2024.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia pela UFRJ; Professor da Universidade de Brasília, UNB; daniel.azevedo@unb.br



ideias parecem perfeitas, mas, na prática, as coisas podem mudar bastante — algo que aprendi em sala de aula.

### **Educação política – o que a literatura revela?**

Embora eu não tenha realizado uma revisão sistemática da literatura, me empenhei em buscar artigos atuais para entender como se define educação política. Logo de início, surgiu um problema: o termo frequentemente se confunde com expressões como "Educação para cidadania" ou "Educação para democracia", o que ampliaria consideravelmente os resultados da pesquisa. Por isso, optei por focar exclusivamente no termo Educação Política.

Durante esse levantamento, notei uma diferença marcante entre as abordagens de autores da Geografia e aqueles da Ciência Política e áreas afins. Embora existam exceções, a análise dos textos revela que essas duas disciplinas possuem perspectivas distintas sobre o conceito de Educação Política. Ao explorar questões como "o que é educação política?", "qual sua importância?" e "o que falta?", emergiram dois grupos principais de pensamento.

Em primeiro lugar, todos os autores concordam que há uma carência de Educação Política nas escolas (Gonçalves, 2012; Medeiros, 2015; Lima e Silva, 2017; Souza et al., 2017; Dantas e Caruso, 2019; Queiroz, 2019; Mesquita e Taca, 2019; Cóstola, Medeiros e Carvalho, 2019; Ajala e Rocha, 2022). No entanto, ao ler os textos mais detalhadamente, fica evidente a divergência quanto à concepção de Educação Política. Os trechos a seguir refletem as concepções de autores oriundos da Ciência Política e de áreas correlatas sobre o tema:

[...] ações de caráter didático-pedagógico, desenvolvidas para os mais diversos públicos, mormente o de jovens, que visa a transmissão do conhecimento e da informação para o estabelecimento do debate sobre questões de ordem teórica sobre política, valores democráticos, ética, cidadania, bem como a abordagem de assuntos relacionados à história política e ao funcionamento das instituições e sua relação com a representação e a participação políticas (Almeida, 2016, p.17)

Propostas de educação política na escola precisam dar atenção a temas como: noção básica de democracia; conceito de cidadania; história da política (no Brasil e no mundo); direitos e deveres do cidadão; funções de cada um dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário); funções de cada um dos cargos políticos; responsabilidades específicas de cada nível federativo (municipal, estadual e federal); processo legislativo (como se faz uma lei); sistema eleitoral; mídia e política; entre outros no mesmo sentido (Lima; Silva, 2017, p.32):

a educação política na realidade brasileira, compreendendo-a como pilar no processo de desenvolvimento da democracia (Dantas; Caruso, 2015, p.11)

a educação para o exercício da cidadania se faz pela necessidade de inserir o sujeito, que nasce desconhecedor das leis, seus direitos e deveres, à sociedade da qual faz parte (Souza et al., 2017, p.68)



educação política trata-se da ação de educar as pessoas para o exercício pleno e ativo de sua cidadania, com ciência de seus direitos e deveres e participante das transformações que afetam a sociedade na qual se inserem (Medeiros, 2015, p.54)

Os trechos mencionados apontam que os alunos concluem o Ensino Médio sem compreender a função de um vereador, as diferenças entre os cargos políticos, ou até mesmo o significado do voto. Concordo plenamente com esses autores. Durante meus dez anos de ensino no Ensino Básico, essa falta de conhecimento foi algo que percebi com frequência. Existe um desconhecimento generalizado sobre a estrutura política brasileira. Embora os alunos participem ativamente do processo eleitoral, eles não possuem o conhecimento necessário sobre o funcionamento institucional.

Segundo esses autores, a Educação Política é fundamental para o exercício da cidadania, pois formaria indivíduos que, ao nascer, desconhecem as leis, seus direitos e deveres, e o papel que desempenham na sociedade. Desse modo, esse tipo de educação é crucial para preparar cidadãos que exerçam plenamente seus direitos, conscientes de suas obrigações. Fica claro que esses autores centralizam a Educação Política na esfera institucional, focando em instituições eleitorais, nos aparatos do Estado e na divisão dos três poderes da República.

Por outro lado, os artigos de autores da Geografia apresentam uma abordagem diferente. O trabalho de Ajala e Rocha (2022), apesar de simples, se destaca por buscar responder à questão: "Como o tema da educação política é tratado nas práticas docentes dos trabalhos apresentados no 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia?". Após analisarem 367 trabalhos, os autores identificaram apenas três que abordam essa temática. A partir disso, me dediquei à leitura desses três artigos, que foram considerados pelos autores como exemplos de Educação Política. Destaco dois trechos que são interessantes percepções sobre o tema:

A compreensão, por parte dos educandos, de como se dá a dinâmica social refletida nas tensões entre as classes, também é uma expressão da educação política, por isso estão presentes nas obras analisadas, e devem estar no olhar do docente de Geografia. [...] Dessa forma, a educação é política quando mostra que a realidade histórica de desigualdades [...] desenvolvem-se cidadãos mais conscientes e menos reféns dos ditos da classe dominante, e a escola é o ambiente onde se pode promover uma educação voltada para a cidadania (Queiroz, 2019, p.55)

A formação do cidadão consciente e crítico do seu papel ativo na sociedade, é a intenção da educação política. Como as forças de poder estão imbricadas no dia a dia de uma cidade pequena e como se relacionam com fatos históricos e geopolíticos, da escala global para o local. Esse é o aspecto propositivo, crítico e político da Geografia (Mesquita; Tacca, 2019, p.90)

Nesses trechos, percebe-se que a Educação Política, para os autores, refere-se à capacidade dos educandos de entender as dinâmicas sociais, especialmente as tensões entre as classes. Para eles, o objetivo da educação política seria formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel ativo na sociedade, mostrando como as forças de poder estão



presentes no cotidiano. Assim, a Educação Política deveria expor como a realidade histórica é moldada por desigualdades.

Ao analisar esses dois grupos de textos, observei uma diferença clara de perspectiva: o primeiro grupo foca mais na questão institucional, enquanto o segundo dá ênfase às relações sociais — dois modos distintos de entender a Educação Política. Nos textos da Geografia, é evidente que há uma base epistemológica comum entre eles, com autores citados de forma recorrente. De modo geral, muitos desses autores partem de uma visão crítica, por vezes até pejorativa, sobre os conceitos de cidadania e cidadão. Os trechos abaixo são de autores citados nos artigos do segundo grupo:

“educação política”: dessa perspectiva, a educação da classe trabalhadora teria de se constituir em autoeducação e emergir das lutas populares, dos movimentos reais de contestação à ordem, e por esse motivo alguns de seus proponentes são enfáticos ao negar a possibilidade de conciliação entre a educação popular e a educação escolar. “Educação política” como uma religião cívica (Brandão, 1984)

caráter ideológico da educação: procuram mostrar que as escolas se dedicam a reproduzir a estrutura da sociedade de exploração e dominação, ensinando os alunos a ocuparem seus lugares sociais pré-determinados. (Gallo, 2007)

As clivagens sociais, bem como as singularidades individuais, tendem a ser suspensas no cadinho da cidadania (Catini; Mello, 2016)

Os quatro trechos mencionados demonstram uma certa desconfiança em relação ao ensino de política institucional nas escolas, visto como um meio para manter uma estrutura econômica e política indesejada. A diferença de percepção em relação ao primeiro grupo é clara. Isso também aparece na forma como o tema é abordado nos livros didáticos de Geografia. Em uma pesquisa que realizei há alguns anos (Azevedo; Morais, 2014) — que já precisaria ser atualizada —, percebi que análises sobre a estrutura político-administrativa do Brasil eram praticamente ausentes dessas obras.

Claro, existem exceções. Podemos citar os trabalhos de Santos (2021), Albuquerque (2021), Rodrigues (2022) e Rodrigues e Morais (2023). No trabalho de Santos (2021), por exemplo, afirma-se que “é evidente que a educação desempenha um papel importante na formação social de cada cidadão, seja pelos conhecimentos escolares, seja pelos valores políticos e cívicos. No entanto, estes últimos são pouco trabalhados nos primeiros anos escolares [...]” (Santos, 2021, p.33). Ainda assim, esses casos são exceções.

Uma possível explicação para essa discrepância entre os dois grupos pode estar, acredito, no próprio preconceito existente entre educadores em relação à Educação Política, já que muitos associam a disciplina ao período da ditadura, quando a “Educação Cívica” era imposta nas escolas. Oliveira e Bianchini (2017) fizeram um levantamento histórico sobre o entendimento desse tema desde o Estado Novo (Figura 1).



Figura 1 – Histórico da Educação Política no Brasil  
Fonte: Oliveira e Bianchini (2017); Organizado: pelo autor.

O histórico construído por Oliveira e Bianchini (2017) revela como a concepção de Educação Política mudou ao longo do tempo. Mais importante é perceber que hoje não há uma base normativa sólida sobre o tema. Os autores demonstram que as únicas vezes em que a educação política foi discutida e regulamentada por lei ocorreram durante períodos ditatoriais (Estado Novo e a Ditadura Civil-Militar de 1964). Em contextos democráticos, não houve uma base legal que defina o que seria a Educação Política nas escolas. Nesse sentido, "a crise da educação política não é didática, mas de conteúdo. Está relacionada ao ideal de cidadania que se almeja, mas que hoje não é tão claro ou compartilhado como era há décadas, sob regimes ou períodos menos democráticos" (Oliveira; Bianchini, 2017, p.291).

Isso significa que não há uma definição clara de como implementar a Educação Política ou em quais disciplinas isso deveria ser abordado. No primeiro grupo de textos, mais vinculado à Ciência Política, não se sugere a criação de uma nova disciplina. Em vez disso, os autores destacam que as disciplinas já existentes — Geografia, História, Sociologia e Filosofia — seriam suficientes para tratar dessas questões nas escolas.

Uma segunda hipótese para o distanciamento da Geografia da Educação Política está relacionada à própria história do campo. Não é necessário retomar todas as discussões epistemológicas que moldaram a Geografia, algo já bastante debatido (Gomes, 1996; Azevedo, 2019). Podemos lembrar, por exemplo, da famosa obra de Yves Lacoste, *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* (1988). Lacoste apresenta uma visão crítica da Geografia, que denomina como "a Geografia dos professores", sugerindo que, ao lidar com o Estado Nacional, os professores contribuem para a construção de sentimentos nacionalistas. Essa visão crítica, comum na Geografia, considera que a reflexão sobre instituições pode ser vista como uma prática reacionária.

Diante disso, surge a pergunta: como trabalhar com instituições sem ser considerado um professor conservador, em seu sentido mais pejorativo do termo? É possível fazer uma análise crítica das instituições sem adotar uma postura epistemológica necessariamente crítica? Como abordar temas como eleições, sistema eleitoral, política pública e divisões de poder, que estão ausentes nas aulas de Geografia, sem cair na chamada "Geografia dos professores" de Lacoste?

Acredito que a crítica – necessária – para melhorar as instituições acaba jogando o bebê fora junto com a água do banho. Em outras palavras, temas tão importantes e atuais, como Geografia Eleitoral, precisam ser marginalizados por medo de sermos considerados conservadores? Explicar o sistema eleitoral brasileiro é, de fato, "fazer a guerra"?

Essas reflexões me lembraram de um filme disponível na Netflix, *Shirley para Presidente*, lançado em 2024. O filme conta a história de Shirley, uma deputada federal do estado de Nova Iorque que tenta se candidatar à presidência pelo Partido Democrata na década de 1970. Imagine: uma mulher negra tentando ser candidata à presidência em plena década de 70! A cena inicial do filme é marcante: Shirley, no meio de todos os homens brancos do Congresso americano. Em certo momento, ela encontra uma jovem estudante universitária que deseja ajudá-la. Há um diálogo entre as duas principais personagens do filme muito interessante, que reproduzo abaixo:

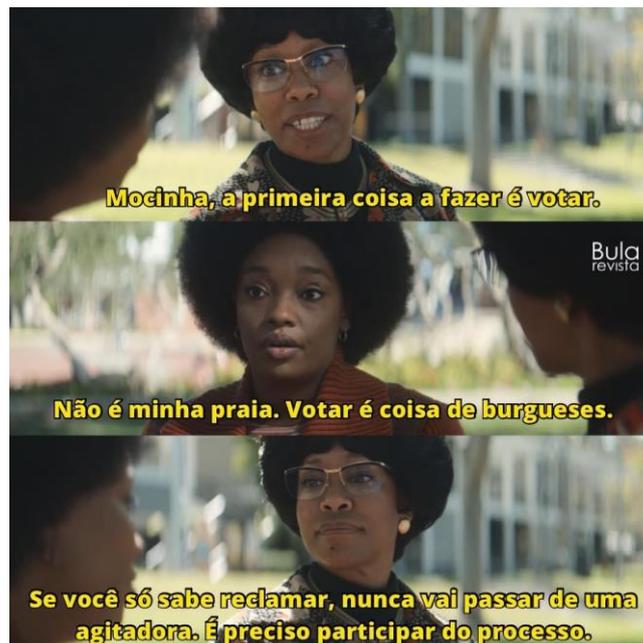


Figura 2 – Filme Shirley para Presidente (Netflix, 2024)

Fonte: Netflix, 2024

Ao longo do filme, Shirley promove um debate sobre a importância da institucionalidade para a mudança política. A oposição entre Shirley e a jovem estudante surge a partir de bases epistemológicas distintas. Shirley pode ser vista como mais "institucionalcêntrica", enquanto a jovem tem uma visão "institucionalfóbica". Se por um lado, reduzir os movimentos sociais a "agitadores" é problemático, por outro, desconsiderar as instituições também é um equívoco. As discussões neoinstitucionalistas contemporâneas, tanto na Geografia Política quanto na Ciência Política, têm destacado o caráter socioestatal



do poder político (Azevedo; Nogueira, 2023). O poder político, como o próprio termo indica, é uma relação de poder — não está exclusivamente contido no Estado, nem apenas na sociedade. Está na relação entre ambos.

Conhecer e compreender as instituições faz parte do processo de "agitar" politicamente. Agir sem considerar as instituições é arriscado. É essa relação entre sociedade e Estado que é fundamental. Limitar a Educação Política na Geografia apenas às dinâmicas sociais desiguais, sem considerar as instituições, é, na minha opinião, um desperdício. Então, como podemos definir Educação Política?

### **Educação Política – por uma definição mínima**

O termo central deste artigo é composto por duas palavras: "educação" e "política". A primeira, admito, não é o meu foco aqui, pois não é a minha área de especialidade. Contudo, acredito ser importante destacar a diferença entre "educação" e "escolarização". Como Gonçalves (2012, p.15) observa, a educação ocorre em qualquer ambiente social onde haja compartilhamento de experiências, enquanto a escolarização se refere especificamente ao espaço escolar. Nesse sentido, usarei o termo "educação", mas reconheço que "escolarização" talvez fosse mais adequado, já que o foco aqui é a escola.

Agora, sobre a palavra "política". Ela cria uma certa armadilha na língua portuguesa, já que usamos o mesmo termo para designar coisas diferentes que estão relacionadas, mas não são sinônimas. Por isso, vale a pena olhar para outras línguas. A Geografia Política, por exemplo, recorre frequentemente às distinções do inglês: *politics*, *polity* e *policy*. Essas diferenças são úteis para refletirmos sobre Educação Política e nos ajuda a planejar aulas e desenvolver projetos político-pedagógicos com os alunos.

Em resumo, quando usamos *politics* em inglês, estamos nos referindo a processos, conflitos e interesses na sociedade — aquilo que chamamos de "conflito político". Quando falamos sobre eleições e estruturas políticas, usamos *polity*, que trata das instituições políticas. O sistema eleitoral, por exemplo, pertence a essa categoria. Por fim, *policy* se refere aos governos em ação, ou seja, às políticas públicas (Castro, 2005; Rodrigues, 2022).

Ao cruzarmos esses três termos — conflito de interesses, instituições e políticas públicas — percebemos que a política gira em torno da ideia de diferença, do Outro. Se tomamos a diferença como base da política (Arendt, 1996), já podemos refutar a noção de que houve Educação Política durante a ditadura, pois a ditadura é a negação da diferença. Consequentemente, não pode haver Educação Política em um contexto ditatorial.

Portanto, considerando que a palavra "diferença" permeia todos os usos da política, posso tentar definir Educação (ou Escolarização) Política **como um conjunto de práticas pedagógicas conduzidas especialmente por professores, cujo objetivo é fomentar, valorizar e destacar as relações entre diferentes visões, a partir de uma perspectiva socioestatal**. Essa definição reforça a ideia de que as instituições não podem ser ignoradas, assim como o ensino e o debate sobre elas.

Nesse contexto, o professor assume o papel de mediador e provocador dessas diferenças. Reforço: se apagarmos as diferenças de visão de mundo dentro da escola, promovemos uma visão de mundo despolitizada. Mas como trazer essa diferença para a sala de aula? Como apresentar diferentes visões e perspectivas de mundo? Que atividades político-pedagógicas podemos desenvolver? Em um mundo cada vez mais polarizado, onde



grupos sociais vivem em redes que reforçam suas próprias bolhas e visões, trazer essas diferenças à tona se torna um ato político por excelência. É uma necessidade urgente.

Então, como o professor de Geografia pode promover essas discussões? Como lidar com as diferenças em sala de aula? Primeiro, é preciso destacar dois pontos: (a) A organização do debate político no Ensino Básico deve levar em consideração a bagagem teórica sobre os estágios de desenvolvimento da criança e do adolescente. Autores como Piaget e Vygotsky são essenciais aqui. O professor precisa avaliar a pertinência de discutir temas abstratos, como sistemas eleitorais, com alunos do 6º ano ou do 3º ano do Ensino Médio; (b) O professor de Geografia não deve perder a especificidade do olhar geográfico, mas é importante lembrar que a Geografia escolar tem dinâmicas próprias, muitas vezes diferentes da Geografia acadêmica (Vilela, 2013). Em outras palavras, temos a obrigação de trazer esse olhar geográfico, mas no ambiente escolar há debates que nem sempre passam por ele, afinal, a Geografia Escolar é distinta da Acadêmica. Lembrar disso é fundamental, já que, no colégio, nosso objetivo não é a formação de "pequenos geógrafos".

### **Experiências práticas de Educação (Escolarização) Política – para reflexão**

Para ilustrar, quero compartilhar algumas experiências que vivi no Colégio Pedro II, *campus* Humaitá (Rio de Janeiro), durante meus sete anos como professor na instituição. Uma vez, tentei discutir sistema eleitoral com alunos do 6º ano, e foi um fracasso. Erro total, uma falha minha, já que não considerei as fases do desenvolvimento cognitivo infantil. Os alunos ficaram irritados, e eu frustrado. Simplesmente não deu certo. No entanto, com o Ensino Médio, especialmente com o 2º ano (faixa etária de 15 a 16 anos), funcionou muito bem. Esses estudantes estão em uma fase em que começam a votar e, muitas vezes, participam do grêmio estudantil.

Talvez os temas de instituições (*polity*) e dos conflitos (*politics*) sejam mais adequados para o Ensino Médio. Mas como lidar com essas instituições? Primeiramente, acredito que isso deva ser feito de forma suprapartidária. Esse ponto já é polêmico, especialmente devido à confusa associação com a ideia de "escola sem partido". Não cabe aqui discutir a diferença entre ser suprapartidário e ser não-ideológico em sala de aula, que é o cerne dessa controvérsia. Acredito que por meio dos exemplos abaixo, essa diferença se apresentará. Vou compartilhar três atividades que desenvolvi com os alunos do Colégio Pedro II.

A primeira, realizada em 2018, envolveu mais de seis turmas de 2º ano do Ensino Médio. A ideia era simples: os alunos precisavam criar partidos políticos no colégio. Passei duas semanas explicando diferentes ideologias políticas e como, teoricamente, os partidos são o *locus* da democracia representativa<sup>3</sup>. Depois disso, formaram-se grupos, e sorteamos ideologias que deveriam ser a base dos partidos que os estudos iriam criar: socialismo, liberalismo, social-democracia e conservadorismo.

Na primeira etapa do trabalho, os alunos tinham que coletar assinaturas para abrir o partido dentro do colégio. O objetivo era ensiná-los como se funda um partido político no Brasil. O Colégio Pedro II tem três andares, com alunos, professores e o corpo técnico-administrativo. Portanto, eles precisavam de diferentes porcentagens de assinaturas conforme o "grupo social". Em seguida, dividimos o colégio "territorialmente", atribuindo

<sup>3</sup> Não é preciso discutir como a teoria política contemporânea aponta a fragilidade dos partidos políticos e suas consequências para a democracia. Para isso, veja o já clássico Manin (1995).

percentuais distintos para cada andar do edifício. A analogia foi uma tentativa de mostrar que a representação política é societal e territorial.

Os alunos relataram muita dificuldade em conseguir assinaturas, especialmente entre os professores. Os grupos que tentavam fundar partidos liberais e conservadores demoraram mais para atingir o número necessário. Parte do desafio era convencer as pessoas da importância de haver diferentes visões de mundo. Alguns professores, inclusive, me perguntaram se era algum tipo de piada eu fazer com que assinassem a abertura de um "Partido Liberal Empreendedor". Tive que interromper o intervalo e falar publicamente com os professores sobre a atividade. Disse: "Pessoal, quando os alunos pedirem, solicitem que eles expliquem o que é a ideologia política, qual a perspectiva de mundo. Depois disso, se acharem que faz sentido, assinem, só para ajudar. Não precisam concordar". Mesmo assim, foi difícil. Tive que convencer também meus colegas de que esse trabalho era sobre explorar diferentes concepções de mundo, o que era essencial!

Depois, os alunos precisaram criar o estatuto do partido e publicá-lo, junto ao programa de governo, nas redes sociais (Figuras 3 e 4).



Figura 3 – Página online do Estatuto do Partido Liberal Empreendedor  
Fonte: Instagram - @ple.cpii



Figura 4 – Página online do Partido Socialista Revolucionário  
Fonte: Instagram - @psr.official

Em seguida, deveriam postar com frequência a opinião do partido sobre temas polêmicos (reforma da previdência, regulação do porte de armas, privatização etc.) (Figura 5).

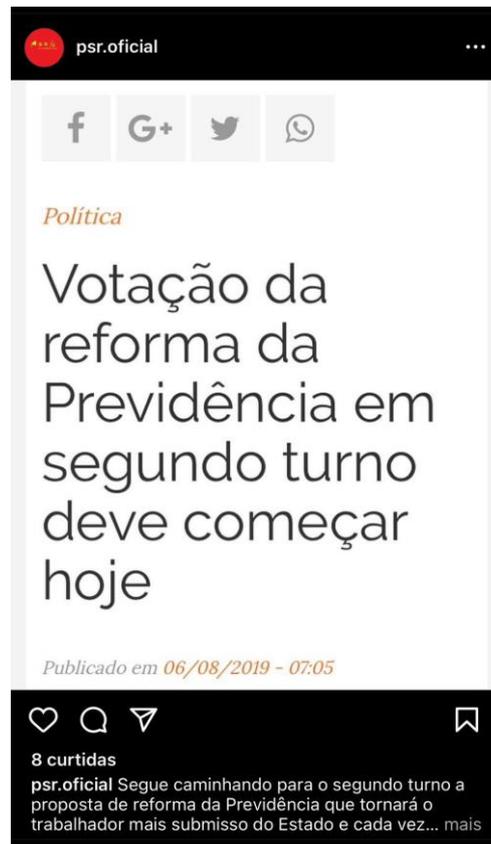


Figura 5: Partido Socialista Revolucionário e a Reforma da Previdência  
Fonte: Instagra - @psr.official

Depois, precisavam definir as candidaturas, apontando quem concorreria ao cargo de vereador, deputado estadual, deputado federal, presidente etc. (Figuras 6 e 7). Essa tarefa incluiu a discussão sobre as escalas políticas do Brasil e a função de cada cargo.

Todo o processo desse trabalho durou um trimestre inteiro, culminando em uma roda de debate que se estendeu por duas aulas consecutivas. Os alunos, representando seus partidos, discutiram temas políticos, sociais e econômicos. A experiência foi muito interessante, mas cheia de desafios, especialmente no que diz respeito ao principal objetivo: lidar com o diferente.



Figura 6 – Candidato à presidência da República do Partido da Social-Democracia  
Fonte: Instagram - @psdp2\_



Figura 7 – Candidata à presidência da República do Partido Tradicional Nacionalista  
Fonte: Instagram - @partidootn



Outro exemplo que gostaria de citar brevemente foi um evento que organizei em 2015, na mesma instituição. Após muita insistência, consegui trazer dois candidatos a vereador do município do Rio de Janeiro para apresentação de suas ideias sobre a Reforma da Previdência no auditório do colégio: um do PSDB e outro do PSOL. O objetivo era ensinar os alunos a condução de um debate respeitoso, com perguntas bem estruturadas e, posteriormente, elaborar um relatório apresentando ambas as perspectivas. No entanto, esse evento foi bastante polêmico. Durante semanas, ouvi críticas de colegas, tanto do meu *campus* quanto de outros<sup>4</sup>, que consideravam um absurdo eu ter convidado um candidato do PSDB para o Colégio Pedro II. Percebi, então, que o debate entre diferentes não era um desafio apenas para os alunos.

O último caso é um dos meus preferidos. Ao observar o uso excessivo de celulares em sala de aula, decidi aproveitar as câmeras que praticamente todos os estudantes tinham em mãos. A ideia era realizar uma produção "cinematográfica" sobre ideologias políticas. Baseado em um vídeo interessante que encontrei no YouTube<sup>5</sup>, fiz um sorteio das ideologias, e cada grupo de alunos precisou desenvolver um filme, com atores, roteiristas, diretor e editor. O projeto durou um trimestre inteiro, e no final organizamos um grande evento com tapete vermelho. Os alunos aguardavam ansiosamente por esse dia, e todos os grupos assistiam aos filmes uns dos outros.

Esses três exemplos foram tentativas de apresentar aos meus alunos diferentes perspectivas de mundo. Apesar de todas as dificuldades, acredito que consegui mediar essas diferenças com sucesso. No entanto, essas são apenas algumas iniciativas, e muito mais pode ser feito. Quando eu era professor de Ensino Básico, acredito que foquei mais em *politics*, mas existem outros aspectos igualmente importantes.

Como abordar Geografia Eleitoral em sala de aula? Se, por um lado, as regras eleitorais não devem ser vistas como a solução para todos os problemas, por outro, também não devemos subestimar sua influência (Azevedo, 2023). Há, por exemplo, um debate no Congresso sobre a possibilidade de retornar ao sistema distrital misto no Brasil. Qual seria o impacto disso? Quais são os prós e contras do nosso sistema eleitoral em relação a essa mudança? Alunos do final do ensino médio têm capacidade para debater esses temas.

O que significa representar alguém? Como funciona a mudança na forma de representação territorial? Podemos pensar em espaços protopolíticos, como o grêmio estudantil. Qual é o papel do professor em incentivar a criação de um grêmio no colégio? Qual é a importância do grêmio estudantil para a aprendizagem política? Duas pesquisas (Oliveira, 2019; Albuquerque, 2021) abordam esse tema e podem ser consultadas. Esses são exemplos de como o conceito de espaço político (Castro, 2018; Azevedo, 2020) pode ser discutido em sala de aula, fomentando a espacialização da democracia.

Por fim, o debate sobre cidadania é algo que não pode ser negligenciado. Talvez seja uma temática interessante para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Cidadania não é apenas um conjunto de regras, direitos e deveres, mas também envolve as condições de experiência da cidadania (Staeheli, 2010). Dizer que temos direitos e deveres é uma coisa,

<sup>4</sup> No evento que proferi essa palestra na PUC-Rio, havia um professor que lembrava desse caso. No momento das perguntas, ele afirmou que ouviu muito no colégio dele sobre "um trabalho de um professor de geografia que teria aberto às portas ao conservadorismo no colégio". Ele fez questão de afirmar que, à época, a imagem desse trabalho foi perturbadora entre os colegas.

<sup>5</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=4abeaMcqhcY>. Nesse vídeo, Adam Smith e Karl Marx se "encontram" e discutem temas que os opõem.



mas esses direitos e deveres nem sempre são bem estabelecidos ou exercidos igualmente por diferentes grupos sociais. Quais são essas condições de experiência?

### **Considerações Finais**

Ao longo deste texto, buscou-se explorar a complexa interrelação entre Geografia e Educação Política, destacando a importância de inserir essa temática no debate pedagógico e acadêmico. Embora haja diferentes correntes teóricas e epistemológicas sobre o que constitui a Educação Política, tanto no campo da Ciência Política quanto da Geografia, é inegável que esse tipo de educação é essencial para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e participativos.

No entanto, a análise revelou lacunas consideráveis na abordagem do tema, especialmente na disciplina de Geografia, na qual se observa uma predominância de discussões sobre dinâmicas sociais, com pouca ênfase nas instituições políticas. Esse desequilíbrio pode ser prejudicial para a formação de alunos que, apesar de vivenciarem processos eleitorais, pouco entendem sobre as estruturas que governam tais processos. A proposta de uma Educação Política deve, portanto, incluir não apenas o estudo das desigualdades sociais, mas também o funcionamento das instituições democráticas, sem que isso seja visto como uma prática retrógrada.

As experiências pedagógicas apresentadas ao longo do texto ilustram como atividades voltadas para a compreensão das instituições e das diferenças sociais podem ser implementadas de maneira eficaz no Ensino Básico. A criação de partidos simulados, debates sobre políticas públicas e até a análise de sistemas eleitorais mostraram-se métodos viáveis para estimular o pensamento crítico e o engajamento dos alunos.

Ainda assim, esses exemplos ressaltam os desafios inerentes à prática de uma Educação Política crítica, especialmente quando o objetivo é lidar com as diferenças de forma suprapartidária e democrática. O contexto escolar, muitas vezes avesso a debates políticos mais estruturados, precisa encontrar meios de superar essa barreira.

Por fim, a Geografia precisa reafirmar seu papel na discussão política, sem receio de abordar instituições e sistemas eleitorais. Compreender como o poder é exercido e as regras que estruturam a democracia é essencial para formar cidadãos aptos a intervir e transformar a sociedade em que vivem. As diferenças sociais e institucionais são elementos centrais desse processo educativo, e cabe aos educadores criar um ambiente propício para que essas questões sejam debatidas de forma crítica e construtiva.

### **Referências**

ALBUQUERQUE, R. H. O papel da educação política na construção de um conhecimento geográfico poderoso na escola. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ARENDRT, H. O que é Política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

AJALA, F. A.; ROCHA, V. C. S. Docência em geografia e educação política. Geociência: conjuntura, debate e trajetória. V.11, n.35, 2022.



ALMEIDA, R. Pensamento, cultura e educação política no Brasil: algumas reflexões e propostas. In: DANTAS, Humberto (org.). Educação política no Brasil: reflexões, iniciativas e desafios. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

AZEVEDO, D. A. O anonimato espacial como um impasse metodológico na pesquisa geográfica e uma reflexão ontológica. *Caminhos de Geografia*, v. 20, p. 585-604, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCG207044522>

AZEVEDO, D. A. Evaluation of the democratic system from the qualification of political spaces: the case of Cuauhtémoc (Mexico). *L'ESPACE POLITIQUE*, 2020. <https://doi.org/10.4000/espacepolitique.7563>

\_\_\_\_\_. A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo. *Geosp*, v.27. n.2, 2023. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2023.204649>

AZEVEDO, D. A.; MORAIS, M. A. Ensino de geografia: novos temas para a geografia escolar. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

AZEVEDO, D.A.; NOGUEIRA, R. Geografia Política: base conceitual e diversidade temática. UnB Editora Caliandra, 2023.

BRANDÃO, C.R. Educação alternativa na sociedade autoritária. In: PAIVA, V. (org.) *Perspectivas e dilemas da educação popular* Rio de Janeiro: Graal, 1984. p.171-202.

CASTRO, I. Geografia e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, I. E. Espaço Político. *Geographia*, v.20, n.42, 2018.

CATINI, C. R.; MELLO, G. M. C. E. Escolas de luta, educação política. *Educ. Soc.* 37 (137), 2016.

CÓSTOLA, A.; MEDEIROS, A. K. M.; CARVALHO, M. B. S. S. Educação política no ambiente escolar: o papel dos professores e do grêmio estudantil. *Anais II Enpurc - Encontro Pibid, Unesp, Rio Claro/Sp*, 2019.

DANTAS, Humberto; CARUSO, Vinícius. Politização nas escolas: o quanto os jovens compreendem essa demanda. *E-legis*, Brasília, n. 7, p. 22-33, 2.º sem. 2011. Disponível em: <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/82/74>. Acesso em: 16 set. 2022.

GALLO, S. *Pedagogia Libertária. Anarquistas, Anarquismos e Educação*. Editora do Imaginário, 2007.

GOMES, P. C. C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. *Constituição Histórica da Educação no Brasil*. Curitiba: Intersaberes, 2012.

LACOSTE, Y. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papyrus, 1988.

LIMA, P.; SILVA, F. J. D. A relação entre política e a escola. Congresso Nacional de Educação, 2017.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29, p.5-34, 1995.

MEDEIROS, Alexsandro. *Educação e Política. Sabedoria Política, Parintins – AM*, 2015.



MESQUITA, L. P.; TACA, L. R. [Des] construir para o pensar político na geografia: diálogos no programa de residência pedagógica da UFFS. 14º Enpege, 2019.

OLIVEIRA, M A. T.; BIANCHINI, P. Educação política no Brasil e na Itália: duas histórias, muitos problemas comuns. *Hist. Educ.* v.21, n.52, 2017, p.274-294.

QUEIROZ, William Fernando Camilo. Geografia e movimentos sociais: uma análise da proposta curricular do estado de São Paulo e da nova Base Nacional Comum Curricular. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO EM GEOGRAFIA (ENPEG) políticas, linguagens e trajetórias*, 14., 2019, Campinas. Anais [...] Campinas: ENPEG, 2019, p. 393-404.

RODRIGUES, J. N. Nacionalismos e Nacional-Populismos Contemporâneos: o que os geógrafos políticos têm a dizer? *In: Mitidiero, M.; Garcia, C. A.; Souza, J. G. (Orgs.). Geografia que fala ao Brasil* Marília: Lutas Anticapital, p.359-383, 2022.

RODRIGUES, R. Formação cidadã e educação política: princípios para uma educação geográfica contemporânea. *Revista Espaço E Geografia*, 23(1), 283–308, 2022.

RODRIGUES, R.; MORAIS, M. A. Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso. *In: Azevedo, D.A.; Nogueira, R. Geografia Política: base conceitual e diversidade temática*. UnB Editora Calíandra, 2023.

OLIVEIRA, C. P. O papel dos grêmios para o aprendizado político: os espaços da democracia na escola e seus contextos. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, T. B. Ensaio sobre educação e política: a geografia como instrumento de debate. Trabalho de Conclusão de Curso, UFAL, 2021.

SARTORI, G. Engenharia constitucional. Brasília: Ed. da UnB, 1996.

SOUZA, Adriana Cláudia Teixeira de *et al.* Educação política nas escolas. Parlamento Jovem de Minas. Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2017. (Educação Política conhecer e participar).

STAEHELI, L. A. Political geography: where is the citizenship? *Progress in Human Geography*. 35(3), p.393-400, 2010.

VILELA, C. Currículo de Geografia: analisando o conhecimento escolar como discurso. Tese de doutorado; UFRJ, 2013.